

Balanço econômico e político do 1º ano do Governo Jorginho

Ajuste fiscal e acirramento da disputa pelo orçamento público



1. Introdução

O primeiro ano do governo Jorginho deixou claras as diretrizes que serão seguidas ao longo do seu mandato, particularmente no que se refere ao tratamento dado ao serviço público estadual. Neste texto, buscaremos fazer uma avaliação dessas diretrizes, de modo a delinear as principais perspectivas postas para 2024.

Essa avaliação será dividida em dois aspectos principais: a situação econômica do governo estadual; e o cenário político que permeia o governo Jorginho. Iniciaremos com um balanço das contas estaduais em 2023, que revelam as prioridades do governo e qual o lugar do serviço público nesse contexto. Em seguida, abordaremos a conjuntura política, que dá alguns indicativos importantes do que podemos esperar para o ano que se inicia.

2. Do “estado quebrado” ao superávit bilionário

No início do ano passado, em coletiva de imprensa liderada pelo secretário da fazenda, Cleverson Siewert, o governo anunciou que havia recebido uma “herança maldita” da gestão Moisés. Em tom alarmista, o secretário argumentou que o governo anterior teria subestimado despesas e superestimado receitas na programação da Lei Orçamentária Anual (LOA). O resultado real, segundo o governo, seria um déficit de quase R\$ 3 bilhões para o estado em 2023¹.

Assentado nesse discurso, foi lançado, em meados de março, o Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina (Pafisc), que previa uma série de medidas para aumentar a arrecadação e cortar gastos. Supostamente, essas medidas seriam indispensáveis para evitar que faltassem recursos para pagar salários de servidores públicos e demais despesas do governo².

Do lado das receitas, o plano previa uma arrecadação adicional de até R\$ 2,1 bilhões no ano, por meio do avanço nas privatizações indiretas – Parcerias Público Privadas (PPP) e outras concessões –; da desburocratização de processos; e da revisão de renúncias fiscais, as quais deveriam ser reduzidas em R\$ 455 milhões.

No que diz respeito às despesas do governo, foram propostas três medidas principais: corte de despesas operacionais com equipamentos e material permanente; repactuação dos repasses aos municípios; congelamento da folha de

¹ Mais informações sobre o panorama das contas públicas divulgado pelo governo podem ser conferidas [neste link](#).

² A apresentação oficial do PAFISC está disponível [neste link](#).

pagamento do serviço público e redução do número de contratos temporários, sem aumento do quadro efetivo.

Na prática, o corte de despesas operacionais proposto não significou mais do que normalizar o acréscimo de gastos pontuais feitos pelo governo Moisés em 2022, ano eleitoral, com grande sobra de caixa e que sucedeu a dois anos de congelamento compulsório dos salários de servidores. Assim, a principal austeridade prevista no plano foi, novamente, sobre a folha salarial do Executivo. Isso incluiu a suspensão de concursos públicos e nomeações, além da indisposição para negociar reajustes salariais em quaisquer categorias do quadro geral do Poder Executivo estadual em 2023.

O prognóstico do governo, contudo, passou longe de se realizar. Mesmo sem a entrada do volume de novas receitas previstas no Pafisc e com os efeitos negativos da renúncia de ICMS de combustíveis nos meses iniciais de 2023 – aprovada, diga-se de passagem, em 2022 por Bolsonaro e pelo então senador Jorginho –, o orçamento estadual continuou crescendo em termos reais em 2023³. No acumulado do ano, a receita líquida do estado teve alta de 7,9%, bem acima da inflação de 4,6% registrada pelo IPCA no período. O montante arrecadado, de R\$ 44,2 bilhões, foi inclusive superior à previsão orçamentária, a qual estaria, de acordo com a avaliação do governo, superestimada.

	Receita Líquida Prevista	Receita Líquida Realizada	Crescimento real (descontado o IPCA)
2018	25.956.871.473	25.268.577.398	
2019	27.759.735.921	27.661.058.796	4,9%
2020	28.403.103.213	29.446.198.223	1,9%
2021	31.236.559.401	33.472.049.927	3,3%
2022	36.398.532.768	41.134.424.261	16,2%
2023	43.161.453.723	44.184.547.298	2,7%
2024	46.871.189.344		

Fonte: Portal da Transparência do Poder Executivo de SC.

As despesas do governo, por outro lado, sofreram queda de 7%, quando descontada a inflação⁴. Se desconsiderarmos a redução de verbas destinadas à infraestrutura (devido à finalização de obras rodoviárias) e transferidas aos municípios (Plano 1000 e “Pix dos prefeitos”), a rubrica mais prejudicada foi a dos vencimentos e salários, que ficaram estagnadas em termos reais.

³ Em que pese as perdas de receitas oriundas do teto do ICMS de combustíveis e energia, a expansão da receita se deu quase que exclusivamente pela alta na arrecadação de impostos estaduais. As receitas patrimoniais e de capital, pilares do aumento de receita prevista no Pafisc, por exemplo, tiveram resultados negativos.

⁴ Dados das despesas detalhadas obtidos via Portal da Transparência. Valores a preços de 2023 considerando o IPCA como deflator.

Por consequência, o governo atingiu um resultado primário (diferença entre receitas e despesas primárias, antes do pagamento de juros e outras despesas financeiras), de R\$ 2,98 bilhões. Esse valor foi mais que quatro vezes o montante previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que era de R\$ 653 milhões. Mesmo se considerarmos os encargos financeiros, o resultado permanece não apenas positivo, como muito superior ao projetado. O superávit orçamentário do governo (diferença entre as receitas líquidas arrecadadas e todas as despesas executadas no período) foi de R\$ 1,73 bilhão, ou seja, quase R\$ 2 bilhões que poderiam ser investidos e não o foram, mesmo com a dotação orçamentária tendo sido atualizada diante do crescimento da receita⁵.

Isso demonstra que o arrocho da folha salarial e a retirada de recursos de serviços públicos essenciais à população não pode ser justificada sequer por problemas nas contas públicas. A não-execução do orçamento foi uma opção do governo, provavelmente tendo em vista o acúmulo de verbas para construir base de apoio nos anos seguintes, em especial 2024 (eleições municipais) e 2016 (eleições gerais).

Nesse ponto, reside outra contradição do Pafisc, que escancara as verdadeiras prioridades de Jorginho. Invés de revisar as renúncias fiscais, conforme prometido no plano de ajuste fiscal, elas seguiram sendo ampliadas. A última LDO do governo Moisés, publicada em agosto de 2022, previa R\$ 21,289 bilhões em renúncias fiscais para 2024. A primeira LDO do governo Jorginho prevê a renúncia de R\$ 21,840 bilhões, ou seja, um aumento de R\$ 551 milhões em relação ao orçamento anterior⁶. Para se ter ideia da dimensão desse valor, basta ter em mente que ele equivale a 47% da previsão orçamentária, isto é, quase a metade de tudo o que o governo estima arrecadar em 2024.

Além disso, vale notar que houve aumento nas renúncias previstas para os próximos dois anos, sendo de R\$ 23,1 bilhões em 2025 e de R\$ 24,4 bilhões em 2026. Considerando ainda os valores de 2023, trata-se de R\$ 90 bilhões em renúncias nos quatro anos de mandato do governo Jorginho. Esse montante, que deixa de ser arrecadado e deteriora a capacidade de prestação de serviços públicos, não está sendo destinado, como poderia se argumentar, para gerar mais empregos ou sustentar pequenos negócios. Nesse sentido, basta notar que 41% de toda a renúncia prevista para 2024 destina-se a empresas de importação e *trading companies*, via de regra operadas por grandes conglomerados empresariais. Isso significa que há sobra de recursos, mas que ele está sendo direcionado para o grande capital.

Outra ação do governo que revela suas prioridades foi a aprovação da contrarreforma previdenciária, ao final de 2023. Por mais que o governo tenha sido constrangido pela pressão sindical a revogar o confisco dos 14% na previdência

⁵ Uma síntese desses números pode ser conferida no último [Relatório Fiscal da Secretaria da Fazenda](#).

⁶ Dados obtidos a partir das LDOs de [2023](#) (governo Moisés) e [2024](#) (governo Jorginho).

dos aposentados, a segregação de massas aprovada representa um duro golpe contra os servidores. O projeto prevê a criação de dois fundos: o SC Seguro, para os atuais servidores (tanto da ativa, quanto aposentados); e o SC Futuro, para os servidores a serem nomeados. Tendo em vista o gradual aumento do número de aposentados no quadro de servidores atuais, sem a devida reposição do quadro ativo, o primeiro destes fundos está fadado a déficits subsequentes. Já o segundo fundo já migra diretamente para regime de capitalização, em que o servidor é pago conforme o rendimento de sua contribuição no mercado financeiro.

Embora o projeto de lei não explicita, a estrutura dos fundos e as falas do governo, em particular do Secretário da Administração, Vânio Boing, sugerem que os servidores do SC Futuro devam sair da folha do Tesouro quando se aposentarem. Assim, fica evidente que esta não deve ser a única contrarreforma. Logo em seguida, é provável que o executivo proponha a retirada da obrigatoriedade do estado em fazer frente com essas aposentadorias, às quais devem ser relegadas ao novo regime de capitalização.

3. Cenário político e perspectivas para 2024

Diversos elementos da conjuntura sinalizam para uma mudança na postura do governo em 2024. O primeiro deles é a proximidade das eleições municipais, sobretudo tendo em vista que Santa Catarina é um dos principais bastiões do bolsonarismo. Só para ilustrar a importância disso, vale lembrar que Jorginho Mello foi um dos únicos governadores – dentre os vários que se elegeram na onda do bolsonarismo – que ofereceu apoio público e aberto a Bolsonaro após as recentes operações da Polícia Federal contra o ex-presidente.

Ainda que o grosso da sustentação de Jorginho seja ideológica, ele não deve renunciar à questão econômica para fazer política. Em paralelo a isso, o arrocho dos salários de servidores e os enfrentamentos sindicais de 2023, com assembleias massivas, também acumulam uma pressão política importante sobre o governo.

Assim, a conjuntura sugere uma menor restrição orçamentária, corroborada pelo recente anúncio de concursos públicos, em particular o futuro edital que prevê 10 mil novas vagas na Secretaria da Educação. No mesmo sentido, a conjuntura oferece maior flexibilidade na condução da política salarial, o que deve abrir espaço para negociações com diversas categorias do serviço público – desde que, obviamente, haja pressão política de massas sobre o governo.

Essas perspectivas são reforçadas não apenas pelo fim do Pafisc e pelo superávit orçamentário de 2023, mas também pelos resultados das contas públicas estaduais em 2024. De acordo com dados do Portal da Transparência, o governo estadual teve arrecadação líquida de R\$ 4 bilhões em janeiro, melhor resultado da série histórica para o mês. Em relação ao mesmo período do ano passado, houve expansão de 18,8%, valor bem acima do IPCA de 4,5% acumulado no período. Tais

dados indicam uma aceleração no ritmo de arrecadação, que deve se manter positiva neste ano.

É evidente, entretanto, que a maior folga orçamentária não garante qualquer melhoria automática das condições do serviço público. O conflito de classes em torno do orçamento permanece aberto, como mostra o recente apoio das entidades empresariais, como FIESC, Fecomércio e Facisc, ao confisco dos 14% e, em seguida, à sua não-revisão. Além disso, um dado novo é que o governo não conseguiu aprovar, no final do ano passado, o projeto de privatização dos imóveis estaduais, que visava criar um fundo de financiamento para a previdência dos atuais servidores. Essa agenda deve voltar agora no início do ano.

O que pode conter esses ataques e tirar recursos das mãos dos grandes empresários é precisamente a mobilização sindical. Sem ela, o governo pode muito bem manter sua política como está, intensificando ainda mais as renúncias fiscais e dando sequência ao processo de entrega do patrimônio público ao setor privado.



Equipe Técnica

Mauricio Mulinari | *Economista e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

Vicente Loeblein Heinen | *Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*